

A PESSOA JURÍDICA NÃO PODE SER VÍTIMA DE DANO MORAL

Sérgio Luiz Junkes*

SUMÁRIO

1 Introdução. 2 Aspectos normativos do instituto do dano moral. 3 A pessoa jurídica e a indenizabilidade por dano moral. 4 Considerações finais. 5 Referências.

1 INTRODUÇÃO

A consagração em sede constitucional da plena indenizabilidade do dano moral provocou uma avalanche interminável de novas ações judiciais perante o já congestionado sistema judicial brasileiro. O seu espectro de incidência se espalhou de tal maneira que nos dias de hoje são cada vez menos freqüentes as lides cíveis em que não se pede, ainda que de modo subsidiário, uma reparação em face do cometimento de alguma espécie de dano moral. Há uma evidente banalização do instituto fomentada pela busca ávida de vantagem econômica. É a indústria do dano moral a todo o vapor! A jurisprudência, felizmente, tem posto um freio a esta situação. Exemplo disso são: a redução gradativa do valor das indenizações, a distinção de que não é qualquer simples aborrecimento que é hábil a gerar tal espécie de dano¹ e

* Juiz de Direito da 2ª Vara Cível em Joinville/SC e Professor do Curso de Direito da Faculdade Cenecista de Joinville (FCJ). Mestre em Ciência Jurídica pela Univali.

1 “[...] A indenização por dano moral não deve ser deferida por qualquer contrariedade, não se devendo estimular o enriquecimento indevido nem a chamada ‘indústria do dano moral’” (STJ, REsp. n. 504639, rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira).

a exigência de provas efetivas da sua ocorrência, não sendo mais suficiente a mera presunção *juris tantum* em seu favor².

Permanecem inalterados, entretanto, muitos posicionamentos jurisprudenciais e doutrinários que merecem ser revistos. Além de alimentarem a mencionada indústria do dano moral, aparentemente não resistem ao crivo de uma exegese sistemático-teleológica mais acurada da Constituição e do Código Civil. Entre esses posicionamentos passíveis de modificação está o que admite que a pessoa jurídica possa ser vítima de dano moral. A jurisprudência e a doutrina, quase que maciçamente, inclinam-se nesse sentido. Assim é que o próprio Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula 227 na qual assentou que “A pessoa jurídica pode sofrer dano moral”. Tal entendimento, contudo, não é unânime naquela Corte. Como observa Wesley Bernardo (2005, p. 111), “[...] o eminente Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, conquanto vote favoravelmente, reiteradamente registra sua posição pessoal contrária à tese”³.

Mais do que uma solução definitiva sobre a aplicabilidade do instituto do dano moral às pessoas jurídicas, o objetivo deste singelo artigo é o da “provocação”. Ou seja, colima-se, nas linhas adiante, apenas trazer ao debate a questão da suposta inviabilidade de a pessoa jurídica ser vítima de dano moral, com o que, tem-se em mente, contribuir, de maneira singela, para que no futuro próximo possa a matéria estar sedimentada em todas as suas nuances, de modo, quem sabe, a desencorajar a execrável “indústria do dano moral”.

2 ASPECTOS NORMATIVOS DO INSTITUTO DO DANO MORAL⁴

Antes de adentrar ao objeto principal deste artigo, que é a refutação de que a pessoa jurídica pode ser vítima de dano moral, mostra-se conveniente uma breve revisão do instituto a partir do Texto Maior e do novo Código Civil.

- 2 Pertinentes as ponderações de J.J Calmon de Passos (2003, p. 5): “[...] como os danos materiais têm que ser cumpridamente provados, os danos morais, essa misteriosa ‘dor’ que se oculta no íntimo das pessoas, deve vir à luz com um mínimo de força de convencimentos”.
- 3 Neste item são reeditados alguns argumentos constantes de outro artigo de nossa autora intitulado “A culpa e a punição não podem servir de critério para a fixação da indenização por dano moral” (in JC n. 107 p. 219 a 234).
- 4 Formulado a partir de José Afonso da Silva (2001, p. 109).

O dano, que consiste no prejuízo sofrido por uma determinada pessoa, pode ser classificado doutrinariamente em patrimonial ou extrapatrimonial. O primeiro implica em redução do patrimônio da vítima, ao passo que o segundo corresponde à dor por ela experimentada. O dano moral, por sua vez, identifica-se com esta última modalidade (COELHO, 2003, p. 289).

A Constituição Federal preconiza expressamente a indenizabilidade do dano moral no catálogo dos direitos fundamentais, em seu art. 5º, V e X. Após a vigência do atual Texto Magno, novos diplomas legais vieram a ratificar a indenizabilidade do dano moral, até mesmo a sua autonomia em relação aos chamados danos patrimoniais, como é o caso do Código de Defesa do Consumidor (art. 6º, VI e VII) e do novo Código Civil (art. 186). Todavia a base axiológica e principiológica do instituto do dano moral reside, em um sentido mais amplo, na proteção conferida à dignidade da pessoa humana no art. 1º, inciso III, da Constituição Federal. Esta apresenta-se como o valor constitucional que agrega todos os direitos fundamentais sob o plano da realização da condição existencial humana. O referido dispositivo pontifica uma verdadeira “cláusula geral de tutela da pessoa humana”, pela qual se assegura à vítima o direito a uma reparação proporcional à lesão provocada em relação a quaisquer dos seus aspectos personalíssimos, como a integridade psicofísica, a liberdade etc. (BODIN DE MORAES, 2003, p. 145).

A indenização no caso do dano moral, nos termos do art. 927 do Código Civil, apresenta nítido caráter compensatório, porquanto permite atenuar ou eliminar, por certa quantia em dinheiro, a dor provocada pelo aspecto de sua dignidade que lhe foi violado pela ação danosa (SILVA, 2005, p. 43). Consequência disso é que a indenização deve guardar estrita correspondência com a extensão do dano moral causado, conforme dispõe expressamente o art. 944 do Código Civil. Desta maneira, dado o seu caráter compensatório, mostra-se estranho à avaliação do dano qualquer outro elemento que não seja a sua extensão. Assim mostra-se inviável a fixação de danos morais a título de punição⁵.

Conforme ponderado anteriormente, a Constituição Federal, ao preconizar o direito à “indenização” pelos danos morais resultantes em seu art. 5º, V e X, adstringiu-se à noção de compensação, segundo os ditames

5 “[...] O dano exclusivamente moral é de difícil, senão impossível, recomposição. Daí por que se busca uma compensação para a vítima, não sendo levado em conta o caráter punitivo, próprio da ciência penal. E, na ausência de critérios rígidos, o magistrado apontará o valor que atenda à finalidade maior do Direito, que é a paz social” (TJSC. Ap. Civ. n. 2005.023102-6, de Sombrio, rel. Des. Subst. Jânio Machado. Data publicação: 24-5-2006 — DJ n. 11.908).

do tradicional instituto da responsabilidade civil. Não ressalva, em nenhum momento, qualquer *plus* indenizatório com vistas à punição ou desestímulo, como ocorre nos Estados Unidos. Portanto, tomando-se o tratamento dado ao instituto do dano moral em nível constitucional constata-se que não existe nenhum permissivo para a adoção dos danos punitivos no topo do nosso ordenamento. Aliás, não o há em qualquer ponto do ordenamento brasileiro. Em face da sua índole punitiva, por força do princípio da reserva legal, seria condição *sine qua non* para a sua admissão em solo brasileiro a edição de legislação específica prevendo os *punitive damages*. Como não há qualquer norma a respeito, é vedada a utilização de tal instituto (BERNARDO, 2005, p. 365).

Há outros motivos que evidenciam a inviabilidade dos danos punitivos no direito brasileiro. O primeiro deles é que os *punitive damages*, tal qual vem ocorrendo nos Estados Unidos, fomentam sobremaneira a indústria do dano moral ao ensejar a fixação de indenizações milionárias e aleatórias. Isso porque, ao se perder a referência da extensão do dano causado, a subjetividade do julgador não encontraria limites para atribuir, com segurança ou um grau mínimo de determinabilidade, o *quantum* a título de punição ou exemplo (MANETE; BARBUTO NETO, 2002).

O segundo problema refere-se ao *bis in idem*. Isto poderia ocorrer nas hipóteses em que o mesmo autor, em relação ao mesmo fato, fosse condenado ao pagamento de pena criminal pecuniária e também, na esfera cível, ao pagamento dos danos morais punitivos (MANETE; BARBUTO NETO, 2002).

O terceiro desdobramento negativo ocorreria nas hipóteses de indenização por ato de outrem, em que o responsável não é o causador do dano. Nessas, contrariamente ao que se preceitua em nosso ordenamento, a penalidade passaria da própria pessoa do agente (BERNARDO, 2005, p. 365).

O quarto aspecto em desfavor dos danos punitivos é o fato de propiciar o enriquecimento ilícito da vítima, uma vez que estaria recebendo um valor que extrapola o dano causado. Além disso se beneficiaria de uma penalidade a título de desestímulo de interesse de todo o agrupamento social e não somente dela (MANETE; BARBUTO NETO, 2002; BERNARDO, 2005, p. 177).

Finalmente, a admissão dos danos punitivos estaria a subverter o eixo central da constituição e, por conseguinte, de toda a ordem jurídica brasileira, ao conferir à proteção da dignidade da pessoa humana um sentido essencialmente mercantil (BERNARDO, 2005, p. 177).

3 A PESSOA JURÍDICA E A INDENIZABILIDADE POR DANO MORAL

O dano moral, na esteira do item anterior e com base na doutrina e jurisprudência dominantes, pode ser conceituado como aquele que atinge a pessoa em seus atributos (como o nome, a capacidade, o estado de família) e direitos personalíssimos (como a vida, a integridade física, a honra, a liberdade, a intimidade, a imagem) e que, sem lesar o seu patrimônio, causa-lhe sofrimento intenso e duradouro⁶. No caso do dano moral, o prejuízo indenizável apresenta caráter nitidamente extrapatrimonial, variando esta indenizabilidade conforme a duração da lesão (passageira ou longa), o seu âmbito (pessoal, familiar, profissional, social) e as condições pessoais da vítima (atividades, gostos, idade, limitações físicas e mentais etc.) (BERNARDO, 2005, p. 197-198). O que se indeniza, diga-se mais uma vez, é a lesão “moral”, extrapatrimonial, experimentada. Por óbvio, só à pessoa física, ao ser humano, é reservada esta experiência de dor, de sofrimento. Portanto, somente a pessoa física pode ser vítima de dano moral.

A pessoa jurídica pode vir a ser atingida em seus atributos, em sua honra objetiva, é verdade. No entanto, a lesão a estes bens gera apenas prejuízos (danos) patrimoniais, uma vez que a pessoa jurídica é insuscetível de dor e de sofrimento. A indenização por dano moral é um meio de compensar a vítima, de trazer-lhe pela via econômica a alegria necessária para neutralizar o sofrimento vivenciado. Este efeito, por sua vez, é totalmente inapropriado em relação à pessoa jurídica. Isso porque “não há que se falar em compensar a pessoa jurídica com alegria. Indenizar como forma de punir o ofensor também não é cabível, por não encontrar fundamento legal” (PAIVA, 2004). Os prejuízos causados aos atributos da pessoa jurídica, à sua honra objetiva, são unicamente patrimoniais.

A título de exemplo, tem-se que a ofensa à imagem de uma pessoa física ocasiona-lhe um sentimento de constrangimento, de humilhação, que merece ser indenizado conforme a extensão do sofrimento experimentado. Já no caso da pessoa jurídica, a ofensa à sua imagem, como no caso de um protesto indevido de título, dá ensejo à perda de clientela, de crédito, de novos negócios, queda de lucros etc. Esses prejuízos, conforme reza o art. 402 do Código Civil, são naturalmente passíveis de indenização patrimonial a título de perdas e danos (o que inclui os lucros cessantes e os danos emergentes), mas não a título de dano moral.

6 Conceito formulado com base em Bernardo (2005, p. 77) e Gonçalves (2003, p. 339-340).

É incongruente, destarte, o entendimento doutrinário-jurisprudencial que de um lado situa de modo majoritário o dano moral com o sentimento de dor, de sofrimento, próprio das pessoas físicas, e de outro, negando esta realidade, aponta que um ente artificial e abstratamente concebido sob a forma de uma ficção jurídica possa ser vitimado por tal espécie de dano.

Conforme Bernardo (2005, p. 114):

As lesões atinentes às pessoas jurídicas, quando não atingem, diretamente, as pessoas dos sócios ou acionistas, repercutem exclusivamente no desenvolvimento de suas atividades econômicas, estando a merecer, por isso mesmo, técnicas de reparação específicas e eficazes, não se confundindo, contudo, com os bens jurídicos traduzidos na personalidade humana (a lesão à reputação de uma empresa comercial atinge – mediata ou imediatamente – os seus resultados econômicos, em nada se assemelhando, por isso mesmo, à chamada honra objetiva, com os direitos da personalidade).

O instituto do dano moral tem como fundamento a tutela da dignidade do pessoa humana, prevista no art. 1º, III, da Constituição Federal. Portanto, por dirigir-se à pessoa humana, não há estender a aplicação do instituto e a proteção que ele confere às pessoas jurídicas.

Tendo em vista que a pessoa jurídica não pode ser vítima de dano moral, deveria esta ser declarada carecedora da ação toda vez que postulasse uma indenização a esse título (CPC, art. 267, VI). É comum, todavia, no cotidiano forense, que o pedido de reparação de dano moral formulado por pessoa jurídica tenha como substrato a perda de clientela, de lucros, de negócios, de crédito etc. Nessas hipóteses, no entanto, em que o pedido não se funda em mera referência à ofensa à imagem ou à honra objetiva, mostra-se possível e recomendável, em homenagem ao princípio da instrumentalidade, que seja oportunizado à parte autora adequá-lo para postular uma indenização por dano material.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste artigo pontuamos como relevantes os seguintes aspectos do instituto do dano moral que o tornam inaplicável em relação às pessoas jurídicas:

a) o dano civil classifica-se em patrimonial ou extrapatrimonial. O primeiro implica em redução do patrimônio da vítima, ao passo que o segundo

corresponde à dor por ela experimentada. O dano moral identifica-se com esta última modalidade;

b) dano moral é aquele que atinge a pessoa em seus atributos (como o nome, a capacidade, o estado de família) e direitos personalíssimos (como a vida, a integridade física, a honra, a liberdade, a intimidade, a imagem) e que, sem lesar o seu patrimônio, causa-lhe sofrimento intenso e duradouro;

c) a indenização decorrente de dano moral reveste-se de caráter compensatório e, por isso, deve corresponder à exata extensão da violação ao aspecto da dignidade da vítima afetado. A punição do responsável, para fins de prevenção e repressão a determinado ato praticado, não pode servir de critério para o arbitramento judicial da indenização, uma vez que, além da falta de lei específica, trata-se de elemento estranho à extensão do dano moral produzido;

d) o instituto do dano moral tem como fundamento a tutela da dignidade da pessoa humana, prevista no art. 1º, III, da Constituição Federal. Portanto, por dirigir-se à pessoa humana, não há estender a aplicação do instituto e a proteção que ele confere às pessoas jurídicas;

e) só à pessoa física, ao ser humano, é reservada esta experiência de dor, de sofrimento. Portanto, somente a pessoa física pode ser vítima de dano moral;

f) a pessoa jurídica quando atingida em seus atributos, em sua honra objetiva, sofre apenas prejuízos (danos) patrimoniais, uma vez que a pessoa jurídica é insuscetível de dor, de sofrimento;

g) a indenização por dano moral é um meio de compensar a vítima, de trazer-lhe pela via econômica a alegria necessária para neutralizar o sofrimento vivenciado, o que por sua vez é totalmente inapropriado à pessoa jurídica;

h) tendo em vista que a pessoa jurídica não pode ser vítima de dano moral, deveria esta ser declarada carecedora da ação toda vez que postulasse uma indenização a esse título (CPC, art. 267, VI).

5 REFERÊNCIAS

AFONSO DA SILVA, José. *Curso de direito constitucional positivo*. 19. ed., rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2001. 878 p.

BERNARDO, Wesley de Oliveira Louzada. *Dano moral: critérios de fixação de valor*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005. 205 p.

BODIN DE MORAES, Maria Celina. O conceito de dignidade humana: substrato axiológico e conteúdo normativo. p. 105-147. In SARLET, Ingo Wolfgang (Org.). *Constituição, direitos fundamentais e direitos privados*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003. 357 p.

CALMON DE PASSOS, J. J. *O imoral no dano moral*. Joinville, Informativo n. 46, maio 2003. Informativo Incijur.

COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de direito civil*, São Paulo: Saraiva, 2003. v. 2.

GONÇALVES, Carlos Roberto. AZEVEDO, Antônio Junqueira (Coord.). *Comentários ao Código Civil: parte especial: direito das obrigações*. São Paulo: Saraiva, 2003. v. 11. 587 p.

MANENTE, Luiz V. P.; BARBUTO NETO, Antônio M. Indenizações milionárias: O caráter punitivo da indenização por dano moral. *Revista Consultor Jurídico*, 6 jul. 2002. Disponível em: <<http://www.intelligentiajuridica.com.br/propostas/proposta17.html>>. Acesso em: 14 ago. 2005.

PAIVA, Wagner M. *Abalo à imagem de pessoa jurídica não gera dano moral*. Disponível em: <<http://www.tj.ro.gov.br/emeron/sapem/2004/JUNHO/1106/ARTIGO/A07.htm>>. Acesso em: 11 abr. 2007.

SILVA, Américo L. Martins da. *O dano moral e a sua reparação civil*. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. 444 p.